

Ata 3ª Reunião Geral do Fórum Agropecuária e Silvicultura -28.10.2020

Participantes: Alejandro Girardi (Bayer), Alexandre Lunardelli, Andrea Leal (Bayer), Bárbara Pellegrini (Viveiro Muda Tudo), Camila Dias (Insper), Camilla Marangon (Ibá), Carla Gheler-Costa (assessora do deputado Rodrigo Agostinho), Carolina Graça (Earthworm Foundation), Cláudio Filgueiras (BCB), Eduardo Bastos (Bayer), Eduardo Giacomazzi, Erika Pinto (IPAM), Fabiana Villa Alves (Embrapa), Fabiana Vilela (SEBRAE MG), Fernanda Rodrigues (Diálogo Florestal), Fernando Costa (MAPA-MG), Fernando Schwanke (MAPA), Gustavo Pinheiro (CDP), Ivone Namikawa (Klabin), José Rocha (Geplant), Juliano Assunção (CPI PUC-Rio), Kalil Cury Filho (Partner Desenvolvimento), Kleber Santos (MAPA), Laila Pinheiro (Syngenta), Leila Harfuch (Agroicone), Leonardo Parangaba (UFMS), Liara, Liège Vergilli (Abiec), Lucas Ribeiro (Abag), Marcello Brito (Abag), Marcelo Furtado, Marcilio Caron Neto (Associação Sul Brasileira de Empresas Florestais – ASBR), Marco Morato (OCB), Marcus Vinicius Alves (SFB), Mariana Pereira (Solidaridad), Marisa Rossi Monteiro, Maurício Fernandes (BASF), Mayra Bonfim (IABS), Merel van der Merk (Environmental Paper Network), Mônica Dias (Audsat), Nina Von Lachmann (CEBDS), Octaciano Neto (EloGroup), Paula Peirão (WWF), Petras Shelton-Zumpano (Universidade de Melbourne), Rafaela Kern (Souto Correa Advogados), Rafella Dortas (BTG Pactual), Renata Costa (Bem Comunicar), Roberto Rocha (MAPA), Rogério Boueri (ME), Ronaldo Seroa da Motta (UERJ), Rubito Ribeiro (assessor do deputado Rodrigo Agostinho), Sérgio de Faria (Embrapa), Simone (Ipê), Simone Gonçalves (Abiec), Silvana Cury (SIMA-SP), Yeda Malheiros (Embrapa), Zezé Sampaio (Embrapa), Fernanda Macedo (Coalizão Brasil), Joice Oliveira (Coalizão Brasil), Laura Lamonica (Coalizão Brasil) e Maiara Beckrich (Coalizão Brasil).

Atualizações das Forças Tarefas do Fórum Agropecuária e Silvicultura

FT Finanças Verdes

- A FT tem atuado junto aos ministérios da Economia e da Agricultura e Banco Central buscando favorecer a inovação do financiamento público para a agricultura. Entendemos que o ponto de partida para isso é um melhor alinhamento entre o crédito rural e o Código Florestal e, por isso, temos trabalhado nesse sentido.
- Foi elaborada uma proposta para o Plano Safra 2020/2021, que inclui, além do alinhamento do crédito com o Código Florestal, propostas específicas sobre o programa ABC. O [documento foi enviado](#) no início do ano e o resultado foi a inserção de alguns elementos no plano. Como próximos passos, a FT continuará as discussões em torno da ampliação de incentivos das práticas e tecnologias do ABC.
- A dimensão de sustentabilidade da [agenda BC#](#) é uma área em que a Coalizão tem muito a contribuir e já houve uma primeira reunião com os diretores do banco que tocam essa agenda. A BC# aborda como os incentivos do Plano Safra podem ser monitorados e verificados pelas instituições financeiras. Ter esses dados abertos será essencial para que as instituições possam verificar requisitos, aumentar o limite de crédito e conceder benefícios previstos no Plano Safra.

FT ATER

- Na reunião do Fórum Agropecuária e Silvicultura de 24 de junho de 2020, a Mariane Crespolini, diretora de Produção Sustentável e Irrigação do MAPA, mencionou que o ministério estava começando a trabalhar na revisão da Política Nacional de ATER (PNATER) e, visando influenciar esta construção, decidimos criar esta FT.
- Após uma série de reuniões com importantes atores como a UNICAFES e Grupo de Políticas Públicas - ESALQ/USP, a FT tem trabalhado na elaboração da primeira versão do texto com as contribuições que queremos levar para o MAPA.
- Este assunto é central, já que o último censo agropecuário mostrou que 75% dos produtores rurais não recebem assistência técnica e não têm acesso a processos de fomento às práticas de recuperação de áreas degradadas e de conservação e de adesão às técnicas que estão contempladas no Plano ABC.

Debate - Crédito rural e boas práticas socioambientais no campo

Moderador Eduardo Bastos, Diretor de Sustentabilidade LATAM da Bayer e líder do Fórum

- Sabemos que tanto o Ministério da Economia quanto o Ministério da Agricultura estão trabalhando com intensidade na agenda de sustentabilidade. Com isso em vista, gostaria de fazer algumas perguntas para nossos convidados:
 - Quais são os elementos prioritários da agenda de sustentabilidade no ME e no MAPA?
 - Como o crédito rural pode ser uma alavanca para boas práticas e qual o papel dos bancos privados na agenda de finanças verdes?
 - Qual o papel da assistência técnica?
 - Como vocês enxergam os próximos dez anos de finanças verdes no agro brasileiro?

Fernando Schwanke, secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo do MAPA

- Temos trabalhado em pilares que conversam com sustentabilidade: crédito e assistência técnica. Lançamos o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Digital, com o objetivo de aumentar a base de atendimento de assistência técnica ao produtor. Existe uma grande discrepância no acesso à assistência técnica (no Sul estão 40% dos atendidos, e no Nordeste, 7%).
- O MAPA lançou um documento com [as diretrizes da sustentabilidade](#) da agropecuária brasileira, em português e em inglês, para mostrar ao mundo quais são as diretrizes que definimos e acreditamos que sejam fundamentais para a agricultura brasileira.
- A maior parte da produção agropecuária brasileira está fora do crédito oficial. Temos cooperativas, empresa de insumos e integradoras que dão crédito. Mais do que colocar amarras no crédito oficial, temos o desafio de trazer todos para o jogo.

- Do Censo de 2006 para 2016, a agricultura perdeu espaço em 20 % na produção vegetal, mas ganhou 70% na produção animal. Um quarto da pecuária do Brasil está nas mãos do agricultor familiar. E, se incluir o médio produtor, metade dos bovinos estão nas mãos de pequenos e médios produtores.
- O pequeno produtor que busca crédito deve cumprir os requisitos legais, mesmo que não tenha certificação. Temos 600 mil contratos de Pronaf no Nordeste do Brasil de até 5 mil reais que representam microcréditos. Se colocarmos uma certificação nesse microcrédito, corremos o risco de punir quem mais precisa.
- Com relação a ATER, o número de atendidos no setor cooperativo é 68%. No de integração, quase 100%. Onde isso não acontece temos uma lacuna, porque tem que ser coberto por ATER pública, que tem sofrido deterioração. Estamos buscando ferramentas que possam integrar ATER pública com ATER privado e formar um grande mosaico de atendimento de ferramentas digitais que possam ser compartilhadas.

Rogério Boueri, subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do ME

- No ME temos conversado sobre como tornar o Plano Safra mais verde em um trabalho conjunto com o BC e com a Secretaria de Política Agrícola do MAPA. Também temos trabalhado com o Secretário de Inovação do MAPA, Fernando Camargo, já que o plano dispõe de subvenções para internalizar externalidades ambientais. Temos várias ações pontuais que fazem parte de uma estratégia para financiar essas externalidades.
- Vinculamos um aumento no crédito de custeio para os produtores rurais com o CAR validado. Colocamos também a possibilidade de alguém financiar CRA como parte da estratégia ambiental. Além disso, estamos construindo junto com SFB e MAPA o estabelecimento de uma bolsa de negociação para CRA, que poderá estar operante em 2022. Também estamos desenvolvendo um conceito de CPR Verde, cujo produto é a floresta em pé, que pode ser usada para compensações voluntárias.
- Em conversas com a Coalizão, temos debatido sobre uma readequação do Programa ABC no sentido de que a classificação do ABC seja mais abrangente e possamos, nos próximos dez anos, expandir a capacidade financeira do ABC.
- Esse esforço do MAPA, ME e BC na agenda ambiental visa garantir que não percamos oportunidades, investidores e clientes no médio prazo por não investir no desenvolvimento de uma economia de baixo carbono.

Cláudio Filgueiras, chefe de Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações de Crédito Rural e Proagro do Banco Central

- O Banco Central construiu uma plataforma que agrega dados de toda operação de crédito rural do país em um sistema on-line e real time. Este sistema tem todas as operações de crédito rural e está interligado com o Sicar. Se tem CAR validado, ele entra em operação. Se não tem, a operação não entra. O sistema ainda está em desenvolvimento.
- Vamos transformar o Sicor num sistema com trilha de sustentabilidade, um Bureau de Crédito Rural Verde, onde cada um poderá dar acesso sobre suas operações a quem desejar. Inicialmente será aberto de banco a banco. Depois, cada produtor com

operação de crédito rural poderá carregar seu histórico, para onde ele achar melhor para buscar mais crédito. Queremos que os primeiros critérios de sustentabilidade estejam disponíveis e que a parte de open bank já esteja aberto para as instituições financeiras em julho de 2021.

- O objetivo é aumento de até 20% nos limites da contratação para operações de crédito rural que reúnam características de sustentabilidade.
- O Código Florestal estabeleceu que, para ter crédito rural, era preciso ter o CAR. Quando começamos a cruzar dados e vimos as sobreposições, quase 1 bilhão de reais de créditos foram bloqueados por conta de irregularidades no CAR. As instituições ajudaram os proprietários a se adequarem já que a ideia é que os critérios de olhar sobreposições não restrinjam o crédito, mas garantam mais crédito para aqueles em conformidade.
- A ideia do BC é criar critérios de sustentabilidade que tornem mais fáceis a aceitação de certificações. Vamos conversar com os grandes certificadores, ver o que existe em comum e colocar na nossa trilha de sustentabilidade.
- Quanto aos pequenos produtores, estamos sempre incentivando-os, como a resolução isentando microcrédito produtivo rural e crédito para assentamentos rurais. Os pequenos produtores representam 1,37% do crédito rural do país, então devemos garantir um registro bastante simplificado para eles, ao mesmo tempo em que exigimos um controle mais rígido dos produtores de médio e grande porte.

Liège Vergili, diretora executiva da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)

- A participação dos bancos privados no crédito rural é sempre vista com grande entusiasmo devido à facilitação ao acesso por parte dos produtores. A adesão de bancos privados à Coalizão traz reforço e engajamento neste tema.
- Precisamos ajudar os produtores rurais a tirarem o CAR. Deixamos de acessar, por ano, mais de 9 mil produtores por irregularidades ambientais, e sabemos que às vezes se trata de uma dificuldade em se regularizar.
- Temos dados de que a partir de 18 arrobas por hectare, a pecuária já tem uma rentabilidade maior, muitas vezes, que soja e cana-de-açúcar, por exemplo. Às vezes os pequenos produtores não conseguem fazer o ciclo completo – cria, recria e engorda -, mas para cria, por exemplo, que você precisa de uma pequena área, a gente pode e deve fazer esse estímulo, esse engajamento, junto com ATER.
- Sempre falamos no tripé da sustentabilidade, mas olhamos pouco para o social, que está muito relacionado à ATER. Temos que pensar neste produtor que está sendo descartado da cadeia por não conseguir acesso ao crédito e à ATER. Todos os dias temos um produtor rural sendo excluído da atividade e isso leva a um problema social.
- A pecuária também tem cedido área para a grande agricultura, já que, com o aumento da produtividade do setor, temos produzido carne em áreas menores. Temos feito áreas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e integração lavoura-pecuária (ILP), que precisam ser expandidas. Temos de ampliar o olhar para pequenos produtores, que não representam grandes volumes de animais, mas grande volume de pessoas.

Moderador Eduardo Bastos

- Gostaria de ressaltar alguns pontos que ficaram claros. A agenda verde veio para ficar. O que também ficou evidente foi uma preocupação social. Aproximadamente 50 mil dos 5 milhões de produtores brasileiros produzem metade do valor bruto da agropecuária. Precisamos avançar nessa agenda de inclusão, e a digitalização pode ajudar na democratização do conhecimento. Um dos caminhos pode ser cooperativismo ou associativismo. Um ponto que quero reforçar é o de que o critério de seleção para acesso a crédito não deve servir para punir, mas para premiar quem está fazendo mais do que o normal, garantindo que este produtor possa acessar um volume maior de crédito.